

Nº 130/IX-2º/2007

(Questões da Educação)

EU, JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA

Faço público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de Setembro de 2007 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 27 de Setembro de 2007, a Assembleia Municipal de Almada aprovou a seguinte Moção/Deliberação:

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

A educação é uma grande questão nacional. Pela necessidade de garantir o direito à formação integral e permanente de todos os cidadãos, pelo consensual e crescente reconhecimento do seu papel como factor essencial do próprio desenvolvimento económico, social e político e pela necessidade de recuperar o atraso do país no contexto europeu. Neste quadro é obviamente necessário e exigível que seja tarefa central e urgente do Estado o reforço do investimento no sistema público de ensino como meio de garantir direitos constitucionais dos cidadãos e o desenvolvimento do país.

Apesar da frenética e demagógica propaganda governamental, a realidade evidencia que nos encontramos longe de atingir esses propósitos e a crise do sistema educativo persiste e agrava-se. A submissão de necessidades educativas e pedagógicas a critérios economicistas de vistas curtas e opções políticas de favorecimento dos privilegiados tem conduzido ao maior desinvestimento de sempre no sector público, do pré-escolar ao superior, a par do financiamento do privado na ordem das dezenas de milhões de euros.

Pode a propaganda oficial orgulhar-se do encerramento de 2 500 escolas em nome da pseudo-melhoria de uma gestão asséptica dita “moderna”. O que todos sabemos, pelo modo bruto e irresponsável de implementação da medida é que não foram considerados o impacte na

Nº 130

desertificação cultural e direito à educação permanente das pequenas comunidades que tinham na escola um centro polarizador, nem o desenraizamento cultural e psicológico das crianças deslocadas, nem foram respeitadas comunidades e famílias quanto a processos de transição, nas situações em que tal se justificasse. Em muitos casos, não foram garantidas as condições de acolhimento das novas escolas ou serviços adequados de transporte e de alimentação. Às autarquias locais não foram dados os meios adequados ou atempados. O futuro dirá quanto vai custar ao país esta poupança de vistas curtas.

Podem cerca de vinte membros do Governo afadigar-se no inacreditável espectáculo do bodo dos computadores a escolas e alunos. O que nos interessa esclarecer é quanto custa o negócio, quem lucra com ele e quem o paga, e qual o papel de uma multinacional na determinação do currículo oficial. E se o ridículo espectáculo desta peregrinação esmoler é a interpretação que o Governo faz da sua inalienável responsabilidade de garantir condições de trabalho num mundo em acelerada transformação científica e tecnológica, num país que inscreve na sua Constituição que incumbe ao Estado garantir igualdade de acesso e sucesso e progressiva gratuidade no ensino.

Pode o Governo propagandear bolsas de mérito como suposto alargamento da acção social escolar. Quem tiver bolsa de mérito não pode receber subsídios durante esse ano para livros, material ou refeições, o que discrimina as famílias carenciadas que os receberiam. Os manuais aumentam 1,5% acima da taxa inflação. As famílias portuguesas são as que, no quadro da União Europeia, têm mais despesas com a educação, a par do enorme atraso do sistema de acção social escolar português. Continuando a falar de políticas sociais e de inclusão, 40 000 alunos foram excluídos das medidas de apoio da educação especial, quer pela redução a metade dos profissionais envolvidos nesta área, quer pela transmutação pirotécnica do conceito de “necessidades educativas especiais” em “deficiência”. Paralelamente a tudo isto, a propaganda oficial alardeia o objectivo de combate ao insucesso e abandono escolares.

Pode a publicidade governamental anunciar a iniciativa “novas oportunidades” (assente, aliás, em princípios e propósitos coerentes e adequados) como nova panaceia do combate ao

Nº 130

abandono escolar e da educação de adultos. Para quem conhece o modo atabalhado como o processo está a ser imposto, abre-se um fosso de preocupações entre as condições organizacionais, de trabalho e formação necessárias a uma efectiva qualificação da população adulta portuguesa e a exigência oficial de apresentação de resultados instantâneos estatisticamente muito visíveis e favoráveis.

Pode a Ministra da Educação, num acto sem precedentes no mundo civilizado, colocar todos os professores portugueses sob suspeita, como bode expiatório da responsabilidade nuclear das anomalias do sistema. Pode a propaganda oficial atribuir o brutal aumento de desemprego docente e a instabilidade e precariedade profissionais ao défice nacional de procriação. O que nós sabemos é que a extinção de muitos horários se deve ao aumento de horas lectivas, à recusa em considerar como lectivas as aulas de substituição transpondo-as para as não lectivas, roubando, com esta estratégia de plantão e remendo, tempo e trabalho bem necessários à preparação e gestão dos projectos de desenvolvimento curricular e aos planos consistentes e coerentes de efectivo apoio pedagógico aos alunos; deve-se ainda à diminuição brutal e exiguidade das bolsas de horas para as múltiplas tarefas de coordenação pedagógica, que sempre se fizeram, ao contrário do que se induz da versão oficial, só que agora em piores condições.

Pode o Ministério da Educação alardear que a criação do cargo de “professor titular” cumpre objectivos pedagógicos e de organização educacional. Esta divisão artificial não criou necessariamente uma hierarquia de competências, não reforçou nem melhorou em nada a organização do sistema, restringiu as possibilidades de recrutamento dos mais capazes e disponíveis para o exercício das funções de coordenação pedagógica. Pode a propaganda oficial fazer crer que agora é que os professores vão ser avaliados, porque para isso criou em gabinete um sistema de avaliação pesado, burocrático, injusto, prejudicial ao bom funcionamento das escolas, das equipas pedagógicas e do processo de ensino/aprendizagem.

As escolas não têm melhores condições materiais de trabalho, os professores continuam a financiar o Estado, pelos materiais de consumo que têm de comprar para exercer a profissão,

Nº 130

por terem de fazer em casa o que não têm condições para fazer na escola, porque pagam a sua própria formação e a aquisição de materiais científicos pedagógicos, porque continuam a fornecer às suas custas aos alunos materiais que os orçamentos das escolas não comportam. As actividades de enriquecimento curricular são impostas em conflito com a gestão do próprio currículo nuclear. São gritantes as carências em recursos humanos não-docentes (técnicos, administrativos e auxiliares). Os contratos de autonomia e as tendências para a municipalização sem transferência de recursos não se desenham numa perspectiva de descentralização, subsidiariedade ou de qualificação do processo educativo mas de alijamento de responsabilidades do Estado.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em reunião plenária no 27 de Setembro de 2007:

- manifesta profundas preocupações quanto ao estado da educação em Portugal;
- condena a visão meramente economicista do Governo, cuja política aprofunda desigualdades, vive mais de aparências que de estratégias e não responde às necessidades de recuperação dos atrasos preocupantes do sistema educativo português;
- exige que o Estado cumpra o seu papel, assumindo como tarefa central e urgente o reforço do investimento no sistema público de ensino e a adopção de medidas de política educativa que garantam os direitos constitucionais dos cidadãos e o desenvolvimento do país.

POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE «EDITAL» QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DO ESTILO DESTE CONCELHO.

Almada, em 28 de Setembro de 2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)